



[Handwritten signature]

Câmara Municipal de Valongo

DESPACHO N.º 02/DPGUA/2022

Assunto: Subdelegação de competências no Senhor Chefe de Divisão de Gestão Urbanística

Por Despacho 01/GAV/2022, de 04 de abril, o Senhor Vereador, Eng.º Paulo Jorge Esteves Ferreira, subdelegou-me, com possibilidade de subdelegação, competências para superintender nas áreas cometidas à Divisão de Gestão Urbanística – DGU;

Por sua vez o artigo 38.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a possibilidade de delegação ou subdelegação de competências na dirigente da unidade orgânica competente, pelo que, ao abrigo do aludido despacho e da referida norma legal, subdelego no Senhor Chefe de Divisão, Eduardo José Paupério Pereira da Silva, competências nas áreas de atuação da sua Unidade Orgânica, para:

1. Dar cumprimento às deliberações da Câmara Municipal, respeitantes às áreas de atividades delegadas no senhor Chefe de Divisão;
2. Dar cumprimento às deliberações da Assembleia Municipal, respeitantes às áreas delegadas no senhor Chefe de Divisão, sempre que para sua execução seja necessária a intervenção da Câmara Municipal;
3. Praticar os atos necessários à administração corrente e conservação do património municipal afeto às suas áreas;
4. Gerir os recursos humanos afetos às suas áreas, no que respeita às seguintes matérias:
 - a. Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
 - b. Justificar faltas;
 - c. Homologar a avaliação de desempenho dos trabalhadores, nos casos em que o senhor Chefe de Divisão não tenha sido notador;
 - d. Decidir em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas.
5. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos que tramitem pelas aludidas áreas;
6. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;

7. Assinatura da correspondência ou do expediente necessário à mera instrução dos processos que corram nas suas áreas, ao abrigo do n.º 3, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;
8. Atestar a conformidade de documentos com o seu original, incluindo a competência específica para atestar a perfeita conformidade da cópia eletrónica do documento ou contrato com o documento original;
9. Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória delegada;
10. Autorizar o fornecimento de plantas topográficas e atribuição de números de polícia;
11. Conceder licenças de ocupação de espaço público por motivos de obras, ao abrigo da alínea i) do n.º 3 do artigo 78.º da Lei n.º 75/2017, de 12 de dezembro;
12. Dirigir a instrução do procedimento conforme previsto no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
13. Proceder à apreciação e saneamento liminar dos procedimentos nos termos do n.º 1, 2, 3, 4, 10 e 11 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
14. Decidir sobre as questões de ordem formal e processual de qualquer pedido ou comunicação apresentados, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
15. Proferir os despachos a que se referem as alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
16. Emitir declaração em como se mantêm válidos os pressupostos de facto e de direito que levaram à anterior decisão favorável de informação prévia, nos termos do n.º 4 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
17. Proceder à apreciação e decisão dos pedidos de prorrogação do prazo de entrega dos projetos de especialidade e outros estudos necessários à execução da obra de acordo com o n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
18. Decidir sobre os pedidos de prorrogação de prazo para a realização de obras de urbanização, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;



Câmara Municipal de Valongo

- 19.** Decidir sobre os pedidos de prorrogação do prazo de execução das obras de edificação, nos termos do n.º 5 e 6 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- 20.** Decidir sobre os pedidos de prorrogação de prazo de execução das obras de urbanização ou de edificação, decorrentes de procedimentos de alteração à licença bem como da apresentação de alteração aos projetos apresentados em sede de comunicação prévia, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 53.º e n.º 7 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- 21.** Proceder à emissão do alvará de licença para realização de operações urbanísticas, nos termos do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- 22.** Decidir sobre os pedidos de prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- 23.** Proceder à apreciação e decisão dos pedidos de averbamento do alvará, nos termos do n.º 7 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- 24.** Determinar a realização de vistorias nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- 25.** Ordenar a realização de inspeções e vistorias aos imóveis em que estejam a ser executadas operações urbanísticas quando o exercício dos poderes de fiscalização dependa da prova de factos que, pela sua natureza ou especial complexidade, impliquem uma apreciação valorativa de carácter pericial;
- 26.** Autorizar o pagamento fracionado de taxas, nos termos previstos no n.º 2. do artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- 27.** Designar o gestor do procedimento nos termos do n.º 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua atual redação;
- 28.** Proceder à rejeição liminar dos pedidos e consulta a entidades exteriores, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro.

O Senhor Chefe de Divisão deverá prestar-me, regularmente, informação detalhada sobre o exercício das competências que nele ficam subdelegadas.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Publique-se o presente despacho no sítio do Município na internet e afixe-se nos lugares públicos do costume.

Valongo, 04 de abril de 2022

O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente,



António Manuel Leite Ramalho